

# **A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PA: REPERCUSSÕES DA LEI Nº 11.738/2008 (PSPN)**

Soraya de Nazaré Camargo Vargas – UFPA  
[sorayacamargovargas74@gmail.com](mailto:sorayacamargovargas74@gmail.com)

Dalva Valente Guimarães Gutierrez – UFPA  
[dalva.valente@gmail.com](mailto:dalva.valente@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A carreira e a remuneração dos professores são fatores importantes quando se considera o conceito de valorização docente. De acordo com Dutra Jr. et al. (2000), geralmente, a carreira e remuneração docente estão definidas no Plano de carreira, que “consiste no conjunto de normas que [...] estabelece a progressão funcional e a correspondente evolução da remuneração” (DUTRA JR. et al., 2000, p. 36).

Apoiado nesse entendimento, este estudo analisa a composição da remuneração dos professores da rede municipal de Capanema/PA, no período de 2009 a 2017, no intuito de verificar quais as repercussões da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN. Trata-se de uma pesquisa documental em que foram utilizados Planos de Cargos, Carreira e Remuneração e Leis de alteração salarial, além de revisão bibliográfica e consulta a *sites* de dados estatísticos.

## **POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL**

As políticas de valorização do professor no Brasil sofrem influências de eventos e documentos decisórios internacionais, como o “Consenso de Washington”, da década de 1990, culminando com a Reforma do Estado brasileiro dirigida por Bresser Pereira, em 1995. Desde então, foram criadas políticas fragmentadas que preconizam a mínima intervenção do Estado no que

tange às políticas sociais. Neste cenário, o Plano Decenal de Educação para Todos, diagnosticou que os professores não estavam qualificados para desempenhar o trabalho de docência por ter má formação inicial; escassez de formação continuada; precariedade das práticas de seleção, de admissão e de lotação e, sobretudo, da política salarial e de carreira (PDE, 1993).

Em 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/1996, estabelecendo no art. 67, que os sistemas de ensino devem assegurar Estatutos e Planos de Carreira para o magistério público e define diretrizes, das quais se destaca o **piso salarial profissional**; [...] (BRASIL, 1996).

Antes da LDB/1996, foi instituído o Fundef (BRASIL, 1996), sendo substituído pelo Fundeb, Lei nº 11.494/2007, ambos de natureza contábil, no intuito de valorizar os professores. Por intermédio do Fundeb, em 2008, foi aprovado o PSPN, com valor de R\$ 950,00 mensais, aos professores com formação em nível médio, na modalidade Normal, sendo considerado em seu art. 2º como valor mínimo a ser pago aos professores da educação básica pública, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais” (BRASIL, 2008).

#### **A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE CAPANEMA/PA: VENCIMENTO, GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS, REPERCUSSÕES DA LEI DO PISO – LEI Nº 11.738/2008**

Em Capanema, a Lei nº 5.796/1999 – PCCR dos servidores do Magistério público estabelece que a composição da remuneração é constituída pelo vencimento-base acrescido das vantagens específicas do cargo (art. 5º). O vencimento-base, no PCCR/1999 está disposto em dois sentidos: vertical e horizontal. O sentido vertical implica em três níveis de vencimento conforme a formação e o sentido horizontal, caracterizado pelas referências que são identificadas por algarismo arábicos de “1 a 8”, apresentando uma carreira com amplitude de 40 anos.

Capanema fez diversos reajustes na tabela de vencimentos do PCCR/1999 e, tendo a necessidade de verificar quais foram as repercussões da Lei do PSPN,

começamos a analisar o reajuste de 2009, que foi o último ocorrido antes da vigência da Lei nº 11.738/2008. O vencimento sofreu um reajuste por meio da Lei nº 6.279/2009, que considerou jornada de 125 horas mensais.

Em 2009, a Lei do Piso ainda não estava em vigência. Não obstante, Capanema, fez reajustes para os professores com formação em nível (médio: R\$744,00; licenciatura: R\$967,20; bacharel c/compl. pedag.: R\$1.041,60 – valores condizentes com jornada de 200h), com base no valor do Salário-Mínimo, que em 2009 era R\$ 465,00. Nesta ocasião, os professores dos três cargos contidos no PCCR receberam o vencimento acima do valor do salário-mínimo nacional, mas o professor com formação em nível médio recebeu 21,68% abaixo do PSPN (R\$950,00). Em 2010, não houve reajuste. Em 2011, os vencimentos foram reajustados por meio da Lei nº 6.303/2011 sem considerar o PSPN, pois os professores com nível médio e os licenciados ficaram, respectivamente, com 26,54% e 4,50% abaixo do Piso. Apenas o bacharel recebeu aumento acima do Piso, em 2,84%. Percebeu-se que, de 2012 até 2016 tiveram reajustes anuais, porém o professor com formação em nível médio teve, nesse período, seu vencimento equivalente a 80% do Piso Salarial. Apenas em 2017, o PCCR/1999 teve a tabela de vencimentos modificada, com a Lei nº 6.376/2017, considerando a jornada de trabalho de 100 horas mensais e a Lei do PSPN foi cumprida, pois o cargo cuja formação exigida, que é o nível médio recebeu o valor equivalente ao estabelecido pelo PSPN.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas brasileiras, em geral e, mais especificamente, as educacionais criadas com a reforma de Estado, da década de 1990, que visavam a redução dos salários como forma essencial para ascender a economia atingiram, diretamente, a remuneração dos professores.

Concernente ao vencimento, as Leis de alterações e a Lei do Piso nos mostraram que, ao serem cruzadas suas informações neste período, os professores de Capanema com formação em nível médio, para quem a Lei do Piso foi destinada (art. 2º) tiveram os vencimentos sempre aquém do valor do Piso,

sendo alcançado apenas no ano de 2017. Os professores com formação em nível superior – Licenciatura Plena, no ano de 2009, antes da implementação do PSPN/2008 recebiam valor acima do valor do Piso. Em 2011 – ano em que o PSPN entrou em vigência, o professor com nível superior recebeu 4,5% abaixo do valor do Piso. Nos demais anos de reajuste, os professores deste cargo receberam apenas 4% acima do Piso, até o ano de 2016, alcançando o percentual determinado no PCCR, ou seja, 30% acima do cargo de nível médio, em 2017. Conclui-se que a política do PSPN não proporcionou uma valorização docente aos professores da rede municipal de Capanema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 25 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do Inciso III do caput do art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm)  
Acesso em: 25 jul. 2017.

CAPANEMA. **Lei nº 5796 05/03/1999** - Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério público de Capanema, estado do Pará e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/1200/Leis\\_5.796\\_1999.pdf](https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/1200/Leis_5.796_1999.pdf)  
Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPANEMA. **Lei nº 6.279 – 08/10/2009** "Dispõe Sobre a atualização da Tabela de Estrutura Salarial do Magistério Público do Município de Capanema, Estado do Pará, e dá outras providências." Disponível em:  
[https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/247/Leis\\_6.2792009.pdf](https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/247/Leis_6.2792009.pdf)  
Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPANEMA. **Lei nº 6.303 10/06/2011** "Dispõe Sobre a atualização da Tabela de Estrutura Salarial do Magistério Público do Município de Capanema, Estado do Pará, e dá outras providências". Disponível em:  
[https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/166/Leis\\_6.303\\_2011.pdf](https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/166/Leis_6.303_2011.pdf)  
Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPANEMA. **Lei nº 6.376 de 03/03/2017** Dispõe sobre a atualização da Tabela de Estrutura Salarial do Magistério Público do Município de Capanema, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/3401/Leis%20Municipais\\_6.376\\_2017\\_0000001.pdf](https://www.camaracapanema.pa.gov.br/arquivos/3401/Leis%20Municipais_6.376_2017_0000001.pdf) Acesso em: 10 jul. 2018.

DUTRA JR, Adhemar [et. al] **Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público**: LDB, Fundef, diretrizes nacionais c nova concepção de carreira, FUNDESCOLA/MEC, Brasília, 2000. 234 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002349.pdf> Acesso em: 03 maio 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Capanema**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama> Acesso em: 06 jun. 2021.

PDE. **Plano de desenvolvimento da educação – Todos pela educação**, 1993. Disponível em: [http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/acesso em27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/?pag=ultima#](http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/acesso%20em27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/?pag=ultima#) Acesso em: 06 fev. 2018.